

NEGANDO POLÍTICAS DE MORTE E CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO (DE TEMPO) INTEGRAL

Rafael Ferreira de Souza Honorato
Ana Cláudia da Silva Rodrigues
Rafael Marques Gonçalves

Este dossiê reúne textos de pesquisadores nacionais de diferentes regiões e autores internacionais que abordam o tema Educação Integral em diferentes contextos, buscando compreendê-la para além de modismos e do imperativo da legislação educacional. Trata-se de um esforço em rede do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC/UFPB), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Práticas Educativas (GEPEC/UFPB) e do Grupo de Pesquisas em Políticas, Práticas e Currículos (GpPPC/UFAC), representados pelo Prof. Dr. Rafael Ferreira de Souza Honorato (UFPB), pela Profa. Dra. Ana Cláudia da Silva Rodrigues (UFPB) e pelo Prof. Dr. Rafael Marques Gonçalves (UFAC), respectivamente.

O tema que escolhemos para este dossiê – ‘*Currículos da Educação (em tempo) Integral em tempos de negacionismo e necropolítica*’ - é fruto dos esforços que temos realizado para investigar diferentes dimensões da política de Educação Integral. Nesse sentido, destacamos os estudos publicados em periódicos, como os de Rodrigues e Albino (2021); Rodrigues e Honorato (2020); Honorato, Albino e Rodrigues (2019), Gonçalves (2018) e os esforços teóricos traduzidos em capítulos de livros, como: Honorato e Rodrigues (2021); Honorato e Ramos (2021) e Honorato, Pereira e Ramos (2020). Honorato (2022) concluiu seu estudo de tese investigando a Política de Currículo da Educação Integral para adolescentes para cumprir uma medida socioeducativa de privação de liberdade.

Temos acompanhado as políticas para a Educação Integral desde a promulgação do PNE (2014-2014) e constatado que as experiências de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire têm inspirado as experiências atuais de Educação Integral no Brasil. Em termos de legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 inaugurou essa possibilidade para os sistemas de ensino. Mas, foi a partir de 2007, com a promulgação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que instituiu o financiamento da Educação Básica em todos os seus níveis e modalidades, prevendo valores diferenciados para o tempo integral e com a publicação da Portaria Interministerial nº 17, que criou o Programa Mais Educação como estratégia para implantar a Educação Integral nas escolas públicas, que começamos a observar significativos avanços na política de Educação Integral no Brasil.

Logo depois, no ano de 2010 a Educação Integral foi agraciada com o Decreto Presidencial nº 7.083, que estabelece, em seu artigo 1º, que “o Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral”. Podemos dizer que o sonho de Anísio Teixeira e de Darcy Ribeiro, adiado por umas duas vezes, retornou, na primeira década do século XXI, com toda força. Na segunda década, veio a promulgação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que instituiu, na meta 6, o aumento da jornada escolar em 50% das

escolas públicas de Educação Básica por meio do ensino em tempo integral, atendendo, no mínimo, a 25% dos estudantes, até o fim da vigência do PNE (2014-/2024).

Parece-nos que o discurso sobre qualidade tem sido o principal fator a fortalecer o imaginário social de que o tempo na escola é muito curto. Além da questão da qualidade, deparamo-nos com a ideia de que o direito à educação é fortalecido com a ampliação do tempo em que se está nela. Outra questão que fortaleceu a Educação (em tempo) integral diz respeito à necessidade de incorporar todas as dimensões humanas – corpo, vida, coração, mente e espírito – no aprendizado e na investigação. Todavia, as tentativas inauguradas pelo PNE de implementar a visão de Educação Integral como a capacidade de desenvolver todas as dimensões humanas têm recaído constantemente recaído no ‘cognicentrismo’, centrando-se, essencialmente, no uso da mente e de suas capacidades intelectuais.

Estudos como o de Vidal e Sirino (2020) têm contestado as possibilidades de uma Educação Integral capaz de desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões. A cada dia, temos nos aproximado da ideia de que Educação Integral não é sinônimo de qualidade. Esta última está mais relacionada a questões que temos apontado em nossos escritos, como a utilização ainda precária do tempo adicional na escola, a necessidade de melhorar a estrutura geral das escolas, a falta de salas de aula e de espaços adequados às propostas pedagógicas, professores e outros profissionais.

Temos olhado, de forma desconfiada, para discursos que defendem projetos únicos para contextos plurais, o que dá a entender que são capazes de imprimir uma qualidade por meio da padronização. A Educação Integral não tem sido um consenso, como se tem tentando passar, nem para as escolas, que têm sido forçadas a migrar para esse modelo pelas Secretarias de Educação, através de políticas coercitivas ligadas ao financiamento e à classificação através das avaliações externas. Essas questões aparecem em nossos escritos denunciadas por professores que descrevem o trabalho excessivo e o cansaço mental e o físico causados pela cobrança constante de resultados.

Ressalte-se, todavia, que o fato de o PNE (2014-2024) ser uma das principais políticas para o fortalecimento da Educação Integral, de estar em seu crepúsculo, completando oito anos de promulgação, e de que só faltam dois anos para o fim de sua vigência, é um motivo importantíssimo para organizar um número como este, que, direta ou indiretamente, trata de questões inerentes aos efeitos do PNE na educação nacional, principalmente quando o último balanço divulgado no site ‘De olho nos Planos’ - uma iniciativa da qual fazem parte a Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Associação Nacional de Política e Administração Educacional (ANPAE), com o apoio da UNICEF, denuncia os retrocessos e a falta de dados sobre a execução do plano.

Até 2020, os dados apresentados pelo diagnóstico mostram que a meta 6 apresentou uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, pois seus índices caíram entre 2014 e 2021 ao invés de subir. Enquanto o PNE, de forma geral, chega a atingir uma taxa de 86% de descumprimento, está sendo gestada uma série de políticas públicas discriminatórias, excludentes, de censura e de esvaziamento da escola como um lugar vivo, democrático, transformador e livre. Esse descumprimento do Plano Nacional de Educação está no centro

da barbárie que toma a educação nacional, desencadeada pela onda negacionista que a ciência vem enfrentando, e afeta negativamente políticas públicas em áreas como a de Educação.

Historicamente, o negacionismo criou raízes fortes em democracias frágeis, o que justifica os ataques à jovem democracia brasileira nos últimos anos. Em termos mais gerais e simples de entender, esse movimento é a recusa, a contraposição e a negação de evidências concretas óbvias. Essas evidências, por sua vez, gozam de um consenso ampliado ou são cientificamente comprovadas. No atual governo, esse termo passou a representar posicionamentos que desconsideram as contribuições da ciência que explicam fenômenos baseados na razão, na empiria e no método, em detrimento de meras convicções.

Discursos negacionistas ganham força devido às narrativas disseminadas via Internet. No ciberespaço, a ciência tem perdido para as opiniões de qualquer usuário anônimo, e a imprensa tem sido rechaçada pelas *fake news* e pelas paixões humanas que exalam o medo, o ódio, a inveja e a malevolência. Em tempos de pandemia, esse posicionamento social e político vem afetando a manutenção da vida.

A Covid-19 instituiu uma crise sanitária e humanista no mundo sem precedentes. No Brasil, essa situação assumiu uma face ainda mais dramática, devido à crise política acentuada desde o processo de Impeachment, constantemente negando a ciência, sonogando dados e desdenhando do sofrimento e do luto de milhares de brasileiros. Esse aspecto político foi crucial para o desdobramento da política de controle social através da morte, um dilema entre fazer viver ou deixar morrer - ou definir quem sobrevive e quem morre - a chamada necropolítica, como define o conceito do filósofo camaronês Achille Mbembe (2018).

Esse cenário suscitou um processo de reorganização dos currículos da Educação (em tempo) Integral para o Ensino Remoto, percebendo-a dentro de um contexto político amplo e complexo em que, de um lado, temos aspectos históricos das políticas educacionais marcados pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024) e das políticas curriculares com a Base Nacional Comum Curricular, frutos de reformas e experiências curriculares desencadeado em diferentes países. Do outro, tem-se a pandemia da COVID-19, que impôs uma nova conjuntura às práticas curriculares em que é necessário repensar as relações em seus diferentes *tempoespaços*.

Nessa tessitura, em que a ampliação das jornadas escolares é cada vez mais um desafio que se impõe aos atores das escolas, os autores dos manuscritos que contribuíram com este número buscaram, através dos resultados de seus estudos e reflexões sobre experiências contextualizadas, discutir sobre essas experiências e as alternativas que têm sido acionadas em cada *lócus*.

No conjunto de reflexões e fundamentos apresentados ao longo dos artigos, reconhecemos a diversidade de interpretações que emergem da análise das experiências anunciadas, mas destacamos a necessidade de avançar com os estudos sobre o uso e o valor do tempo educativo com diferentes perspectivas, pois a ampliação das jornadas escolares tem importantes reflexos na sociedade e na formação da cidadania.

Assim, este número da Revista Communitas reuniu artigos que apontaram o descompasso existente entre a política nacional de educação integral, a legislação que a embasa e o processo de indução da medida pelo Governo Federal nos últimos anos. Os autores, por sua vez, preocupam-se em indicar que a adoção de medidas pontuais e a difusão

de conceitos polissêmicos vinculados à concepção de educação integral de cunho liberal reafirmam o caráter pragmático da iniciativa e contradizem os pressupostos de formação humana integral, sem favorecer mudanças nas culturas educacional, escolar e curricular assim como dos tempos e espaços de unidades educacionais.

Iniciamos este dossiê com as reflexões apresentadas no texto **‘EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: um convite e um desafio para repensar a escola em Angola’**, de *António Luís Julião*, que entende que as transformações do mundo contribuem para mudar a forma como as pessoas vivem. Nesse cenário, a escola, espaço das diferenças, tem a função de garantir aos alunos uma formação. Apesar da legislação do país - LBSEE n.º 32/20 de 12 de agosto - a Educação para preparar o indivíduo, de forma integral, desenvolvendo harmoniosamente suas capacidades intelectuais, morais, éticas, estéticas e o sentimento patriótico dos cidadãos, no contexto prático angolano, essa questão ainda é um grande desafio, pois o ensino é essencialmente focado no aspecto intelectual. Utilizamos uma metodologia de natureza qualitativa, cuja pesquisa se caracterizou como uma abordagem de análise teórica, cuja base de investigação foram as informações adquiridas nas fontes bibliográficas e em leitura dos documentos normativos. O aporte teórico e conceitual dos estudos de Silva (2016), Moreira e Tadeu (2011), Arroyo (2011) e Pacheco (2000) foi basilar para a discussão. Os resultados desvelaram que a educação em tempo integral provoca o desenvolvimento multifacetado e sadio dos sujeitos. No caso de Angola, o autor enuncia que é necessário refletir sobre a questão das políticas educativas, do currículo, das práticas curriculares, dos tempos letivos e dos espaços das aprendizagens, da formação transversal dos agentes educativos e da constituição de uma parceria curricular entre família, governos, escolas e comunidades, visando garantir a todos o sagrado direito a uma educação moderna e de boa qualidade.

Em seguida, trazemos uma discussão dos autores *Abigail Sales da Costa Rocha, Jéssyca Priscylla de Oliveira Nascimento, Rafael Ferreira de Souza Honorato e Ana Cláudia da Silva Rodrigues* no texto **‘VIVÊNCIAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA SOCIOEDUCAÇÃO NA PARAÍBA**, que tratou dos currículos da Educação Integral *pensados/praticados nos/dos/com cotidianos das Unidades Socioeducativas do Estado da Paraíba*. O objetivo consistiu em compreender os *saberes/fazeres* cotidianos de aprendizagens e conhecimentos produzidos pelas várias formas como os sujeitos se inserem nos *espaçostempos* de interação social (SANTOS, 1995, 2000). Metodologicamente, vinculou-se aos estudos nos/dos/com cotidianos e usou as conversas como técnica de pesquisa. Os autores concluíram que a conversa possibilitou aberturas para alcançar as experiências vividas e o que acontece nos cotidianos que compõem a vida dos *praticantes/espantes* e que, a partir das conversas dos/com os sujeitos envolvidos, foi possível compreender as subjetividades envolvidas nas práticas dos docentes e o processo de atuação e transformação nos *espaçostempos*, o que lhes possibilitou *subverter/construir* currículos que consideraram as especificidades dos sujeitos envolvidos.

No texto **‘GESTÃO DO CURRÍCULO NO ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL: concepções em disputa’**, *Maria do Socorro Silva da Silva e Dinair Leal da Hora* analisam a gestão do currículo no contexto de implementação da Política de Fomento ao Ensino Médio de Tempo Integral depois que foi criada a Lei n.º 13.415/2017, a partir das ações do diretor, dos vice-diretores e dos coordenadores pedagógicos, integrantes da gestão escolar de uma unidade de ensino que aderiu a essa forma de oferta educacional. Para isso, fundamentaram-se nas discussões teóricas, nas proposições oficiais e nos resultados de

pesquisas que abordam o tema, com destaque para a organização do trabalho pedagógico realizado em circunstância da pandemia ocasionada pelo Covid-19, com provável aprofundamento das desigualdades, das dualidades e das diferenças enfrentadas por estudantes brasileiros de 15 a 17 anos de idade. Os autores concluíram que a gestão do currículo, no Ensino Médio de Tempo Integral, tem sido desenvolvida num campo de disputas político-ideológicas que repercute nos fazeres curriculares materializados na escola, com retrocesso nas práticas democráticas e avanço gerencial, que dificultam a implementação de um currículo integrado, em que se mantenham as históricas práticas fragmentadas de currículo que não contribuem para efetivar uma formação humana integral.

No texto, **‘ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E CURRÍCULO: reflexões em tempos de pandemia’**, *Erika Christianne Sousa Pereira de Almeida e Lélia Cristina Silveira de Moraes* apresentam uma discussão a respeito do contexto da escola de tempo integral e do currículo e referem que a escola de tempo integral tem uma dinâmica própria e complexa, tanto em sua construção teórica quanto em sua realidade concreta. Essa complexidade se evidencia ainda mais no contexto da pandemia da COVID-19. Para os autores, a pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA) de Mestrado em Educação sobre a formação continuada de professores e a escola de tempo integral, cujo objeto de estudo foi uma escola pública da rede municipal de São José de Ribamar (MA), possibilitou que os professores respondessem a questão: Para você, quais condições são fundamentais para um bom funcionamento da escola de tempo integral? Dessa forma, são incluídos trechos da entrevista realizada na escola pesquisada para referenciar as inferências realizadas e relacionar com as contribuições de Cavaliere (2007), Maurício (2009), Santos (2021), Nóvoa e Alvim (2021), dentre outros. Concluem enfatizando que a discussão não alcança a plenitude de seus significados, visto que a escola de tempo integral se (re) inventa a cada momento, mas que há muito a ser aprendido e aprofundado com as experiências desse tipo de escola.

A pesquisa intitulada **‘PERFIL E PRÁTICA DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM TEMPO INTEGRAL DO RS: inquietudes e desafios’**, realizada por *Luciana Nascimento Crespo Dutra e Luci Mary Duso Pacheco*, é fruto do projeto de pesquisa ‘O perfil do professor que atua nas Escolas em Tempo Integral da rede pública estadual do RS: inquietudes e desafios’, que surgiu da necessidade de investigar os processos de formação inicial e continuada dos professores que exercem suas funções nessa proposta de ensino, a fim de compreender de que forma sua prática pedagógica sofre influência desse processo de formação docente e como ele interfere em sua atuação diante do desafio de implantar o Projeto Escola em Tempo Integral na rede pública estadual gaúcha. O estudo dedicou-se a analisar os dados produzidos por meio da coleta empírica, e seu objetivo foi de mapear o perfil profissional desses docentes e de desvelar os entraves e as angústias que emergem durante o processo pedagógico desenvolvido por esses profissionais, e conclui afirmando que a desvalorização docente por parte dos governos; a falta de recursos humanos nas Escolas em Tempo Integral; a falta de motivação dos alunos do turno da tarde, também chamado pelos sujeitos de contraturno ou turno inverso; a insuficiência de tempo para planejar e a carga horária fragmentada dos professores; a omissão das famílias na vida escolar dos filhos e a evasão escolar foram os principais desafios que figuraram nas respostas dos docentes. A leitura do texto é necessária para compreendermos que tipo de perfil encontramos na pesquisa realizada.

Daniele Silva dos Santos, Shirley Farias de Souza, Esmeraldo Fabio Argolo Rebouças, Franklin Kaic Dutra-Pereira e Michele Bortolai nos convidam, no texto intitulado **‘O DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA: análise do Itinerário Formativo Ciências da Natureza para o Ensino Médio Integral’** a refletir sobre o Documento Curricular Referencial da Bahia como um documento normativo que foi elaborado com base na referência à Base Nacional Comum Curricular. Os autores referem que a Base tem a finalidade de orientar os Sistemas, as Redes e as Instituições de Ensino da Educação Básica e de contribuir com a elaboração dos referenciais curriculares por meio dos seus Projetos Político-pedagógicos e que o documento baiano visa, ainda, apresentar uma proposta curricular que esteja relacionada às necessidades e às vivências dos estudantes da Bahia, ofertando diferentes itinerários, mas de acordo com as cinco áreas do conhecimento: a Linguagem e suas tecnologias; a Matemática e suas tecnologias; as Ciências da Natureza e suas tecnologias; as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e a Formação Técnica e profissional. O intuito da pesquisa foi de analisar o itinerário formativo do Novo Ensino Médio em tempo integral para o estado da Bahia, a partir dos títulos e das ementas apresentados no documento, especificamente, para o Ensino de Química, que faz parte, juntamente com a Física e a Biologia, da mesma área do conhecimento, a partir do aporte teórico crítico. Ao término do trabalho, os autores concluíram que essa divisão do currículo em itinerários formativos irá contribuir ainda mais para se negar o direito à formação básica comum e para promover a segregação e a desigualdade social, contrariando o sentido proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96.

No texto **‘PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS SURDOS EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: um relato autoetnográfico’**, os autores *Mércia Silva de Lima Souza, Ana Cristina Silva Daxenberger e Sérgio Roberto Silveira* apresentam as ações desenvolvidas por meio de um projeto de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em uma escola de tempo integral do município de Mamanguape, estado da Paraíba, no tocante ao ensino de Libras para a comunidade escolar (professores, gestor, alunos ouvintes e surdos) e família. O objetivo do trabalho consistiu em apresentar as ações e os resultados alcançados do referido projeto, de maneira reflexiva, com o intuito de compreender como essa escola está se constituindo como uma escola inclusiva. O trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa de cunho autoetnográfico, em que foram usados como instrumento de análise as observações e o relatório de atividades do projeto elaborados pela primeira autora, o qual foi submetido a uma avaliação para a Premiação Mestres da Educação, da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Os resultados mostraram que o ensino de Libras, nas escolas regulares, auxiliou o processo de inclusão dos surdos e favoreceu o sentimento de pertencimento dentro do ambiente escolar e a consolidação de aprendizagens curriculares. Como considerações finais, os autores ressaltam que o ensino de Libras deve ser ampliado e integrado à comunidade escolar e à família, na perspectiva de garantir aos surdos que a inclusão se fortaleça, o que requer a elaboração de ações específicas de formação de professores e de gestores. Afirmaram, ainda, que é preciso manter ações similares feitas pela Escola Cidadã Integral, a fim de ampliar o AEE para outras escolas.

AS **‘PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: um caminho promissor para o desenvolvimento de uma Educação Integral e contextualizada’** é o título do artigo organizado pelos pesquisadores *Odevilson de Souza Felício, Lucinete Gadelha da Costa e Washington Aguiar de Almeida*, o qual apresenta uma discussão acerca da formação inicial docente numa perspectiva interdisciplinar. Trata-se de um estudo

originado da Disciplina Formação de Professores e Práticas Educativas: tendências e abordagens do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cuja construção metodológica foi de caráter bibliográfico pautado nas leituras e nas reflexões que norteiam as discussões sobre a formação docente numa perspectiva interdisciplinar, no contexto amazônico, a interdisciplinaridade na Base Nacional Comum (BNC) para a formação de professores e as possibilidades e os desafios da formação interdisciplinar. Além disso, os referidos autores destacaram a importância do fenômeno da interdisciplinaridade, numa realidade amazônica, por meio de questionamentos com a análise de sua fundamentação nos principais documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O enfoque interdisciplinar na formação docente foi considerado como um novo espaço pedagógico que possibilitou uma educação comprometida com a integração dos conhecimentos disciplinarizados em conexão com os conhecimentos prévios das populações locais. Destacamos que o tema central do texto se vincula à discussão sobre educação integral e de tempo integral, uma vez que analisa como as práticas interdisciplinares na formação de professores contribuem para a aquisição de conhecimentos significativos, contextualizados e integrados com os outros campos do conhecimento.

Em diálogo com nossas escolhas políticas, com prazer e orgulho, apresentamos, neste dossiê, textos selecionados na demanda contínua da Revista Communitas. Os artigos abaixo resumidos são frutos do compromisso que a revista tem de manter um fluxo de discussões correlatas e de estimular o debate com diferentes perspectivas sobre as mais diversas questões. Assim, apesar de trazerem outros temas, referenciais teóricos e epistemológicos, de alguma forma, em certa medida, adentram as discussões em que queremos nos pautar.

O FRACASSO ESCOLAR NAS ESCOLAS DO CAMPO é tema do texto escrito por *Ana Caroline Oliveira Nogueira, Maria Tamires Pereira da Costa e Maria Dolores de Oliveira Soares Pinto*. Seu objetivo foi de analisar os resultados dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e os índices de reprovação e de abandono escolar referentes às escolas do campo de Cruzeiro do Sul, a fim de compreender o fracasso escolar. As autoras apontam que os desafios das escolas do campo são inúmeros, dentre eles, o fracasso escolar, um fenômeno complexo que se apresenta de diversas maneiras. Para desenvolver tal estudo, acionaram Pato (1996), Abramowicz e Moll (1997), Libâneo (2008), Montenegro; Oliveira (2010), Tassoni (2000), Paro (2003), dentre outros cujos estudos discorrem sobre o tema em foco. Metodologicamente, optaram pela abordagem quantitativa, com levantamento bibliográfico e análise documental. Além dos dados apresentados pelo IDEB das escolas estaduais do campo, serviram-se de informações colhidas na Secretaria Estadual de Educação sobre reprovação e abandono escolar de 11 escolas do campo, das escolas elencadas pelo IDEB nos anos de 2017 e 2019. Como resultados, os autores observaram que os dados apresentados pelo IDEB mostram que a maior parte das escolas do campo de Cruzeiro do Sul, no Acre, encontram-se com média abaixo de 6.0 - média nacional. As autoras também afirmaram que, na consulta referente à reprovação e ao abandono escolar, todas as escolas apresentaram índices variados. Os dados deram indícios de fracasso em escolas do campo do município de Cruzeiro do Sul.

Joelton Rezende Gomes e Jussara Santos Pimenta foram responsáveis pelo texto que intitularam de **'HISTÓRIA OCULTA: biografias e relatos de vida'**. As reflexões desse estudo têm como objetivo contribuir para valorizar a diversidade histórica e cultural e o hibridismo como resultado do encontro da diversidade. O autor e a autora pretendem

dialogar com o leitor sobre aspectos importantes que fortaleçam o respeito ao “outro” e o ensino de história com viés igualitário a partir das vivências ocultadas e das diferenças que compõem a sociedade onde estamos inseridos como cidadãos. Sem a pretensão de esgotar o debate, são apontados aspectos importantes da identidade híbrida na constituição da história dos povos, fator que fortalece ainda mais a importância das biografias e dos relatos de vida na escrita de uma sociedade pautada na valorização das diferenças.

O artigo intitulado **‘PEDAGOGIA CULTURAL DA PUBLICIDADE DO NOVO POLO: o que acontece quando o protagonista é gay?’**, de *Marcelo Brandão Araújo*, discute sobre as questões da sexualidade, que tem sido cara para a educação, ao mesmo tempo em que inúmeros dispositivos educativos têm sido acionados para educar os corpos. Para isso, o autor analisa as campanhas publicitárias veiculadas no país, nas quais ninguém reclama quando os protagonistas são brancos e heterossexuais. Todavia, o que acontece quando o protagonista é gay? De fato, foi observado que, imediatamente após a publicação das cenas do anúncio do novo Polo, no perfil da Volkswagen Brasil no Instagram, muitos internautas se juntaram para acusar a marca de prática de lacerção, termo comumente empregado nas redes sociais para hostilizar, menosprezar e ridicularizar o protagonismo de pobres, negros, mulheres e, sobretudo, de LGBTQIA+ nos comerciais. Por outro lado, as polêmicas e as controvérsias em torno das características de inclusão e diversidade da peça publicitária da VW mostraram que a estratégia de marketing espontâneo da empresa foi bem-sucedida, tendo em vista que as cenas do anúncio viralizaram rapidamente nas redes sociais, o que ampliou, exponencialmente, o alcance midiático da montadora. Além disso, no que diz respeito à produção de discursos a favor e contra a iniciativa da VW, a leitura e a análise dos comentários por amostragem, que foram postados no Instagram da empresa, revelaram que a linguagem foi utilizada para afirmar determinadas identidades através da marcação de diferenças.

HOJE VOCÊ NÃO VOLTARÁ SOZINHO: proposta fílmica para trabalhar a diversidade no Ensino Médio, é um artigo escrito por *Edu Dias da Silva e Renato de Oliveira Dering*, que propõe uma reflexão sobre as formas como a diversidade humana é representada na produção fílmica, baseado no filme “Hoje eu quero voltar sozinho” (RIBEIRO, 2014), utilizado como instrumento educacional para o Ensino Médio acerca da questão das identidades e diferenças. Seu objeto de estudo é uma análise qualitativa que traz à baila a relação homossexual entre dois personagens no contexto escolar e suas implicações. Ademais, o filme oferece ampla possibilidade de se debater sobre educação inclusiva, homossexualidade e deficiência visual. A abordagem apresentada neste estudo possibilitou novas aproximações com esses temas e deixou um amplo campo simbólico, que favoreceu a criação de ações educacionais para mitigar toda e qualquer forma de preconceito relativo à diversidade humana.

Fechando este número, temos *Najla Almeida Marques Pereira, Kátia Regina Rodrigues Lima e Beatriz Perote Fernandes*, autoras do manuscrito **‘REPENSAR O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS’**, em que apresentam que a formação docente atravessa o pensar e o fazer docentes e precisa levar em consideração os problemas sociais e educacionais impostos pela realidade. Logo, repensar o currículo dos cursos de formação de professores(as), visando à educação das relações étnico-raciais para construir o pensar e o fazer docentes é necessário e um desafio para efetivar as leis 10.639/03 e 11.645/08. O estudo é de caráter qualitativo e, a partir do Estado da Questão, realizou-se um levantamento de dados que possibilitou uma

aproximação e o mapeamento do tema abordado e objetivou discutir sobre o ensino das relações étnico-raciais na formação de professores(as), observando o currículo como um elemento determinante. Os achados da pesquisa demonstraram que repensar o currículo é uma ação importante para atender às leis 10.639/03 e 11.639/03, assim como práticas e ações que propõem uma educação antirracista, porquanto a formação inicial pode contribuir para repensar o currículo a partir de iniciativas institucionais, organizacionais, pedagógicas e didáticas.

Esta apresentação e os artigos que fazem parte deste dossiê resultaram de experiências formadas por uma complexa e extensa rede discursiva que vem disputando os currículos através de movimentos de negações, falsificações e distorções. Nessa disputa, em que o principal alvo é a democracia, reina a falta de bom senso e sobra a indução ao extermínio, questionando a ciência e sucateando a educação brasileira. Precisamos esperar e acreditar que 2022 será um marco na defesa da democracia. Este dossiê e seus artigos foram publicados na expectativa de que se tornem um registro da resistência da ciência e dos educadores brasileiros, que, com compromisso político, resistiram e sobreviveram diante do negacionismo e da necropolítica. Por isso, também queremos honrar as incontáveis vidas - pois não temos a certeza de quantos foram, uma vez que a forma de calcular foi alterada - que se perderam para impedir que eles se tornem fantasmas e caiam no esquecimento.

Uma boa leitura e **VIVA A DEMOCRACIA!**

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, R. M. ENTRE (IN)VISIBILIDADES E PRÁTICAS COTIDIANAS: a tessitura de alternativas na/da Educação Integral. *Jamaxi*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/1720>. Acesso em: 10 jun. 2022.

HONORATO, R. F. S. *A política de currículo do Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 150. 2022.

HONORATO, R. F. S.; PEREIRA, M. Z. C.; RAMOS, L. Influências, governança, redes de políticas e a organização da Educação Integral em Pernambuco. In: Ana Cláudia da Silva Rodrigues, Ângela Cristina Alves Albino, Maria Luiza Süsssekind. (Org.). *Democracia, educação e políticas curriculares nas pesquisas com currículos*. 1ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2020, v. 1, p. 181-207.

HONORATO, R. F. S.; RODRIGUES, A. C. S. Conversas sobre as *políticaspráticas* de currículo na/da/com Educação I. In: Carlos Eduardo Ferraço; Letícia Regina Souza; Tamili Mardegan da Silva. (Org.). *Currículos em redes, composições temáticas e movimentos de resistência com os cotidianos das escolas públicas*. 1ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 3, p. 55-66.

HONORATO, R. F. S.; RODRIGUES, A. C. S.; ALBINO, A. C. A. EDUCAÇÃO INTEGRAL NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: o currículo como redes de significações discursivas. *Teias* (Rio de Janeiro), v. 20, p. 334-350, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/47463/31573>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RODRIGUES, A. C. S.; ALBINO, A. C. A. POLÍTICAS CURRICULARES EM TEMPOS NEGACIONISTAS: atuações, enfrentamentos e desafios. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–8, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.59121. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/59121>. Acesso em: 10 jul. 2022.

RODRIGUES, A. C. S.; HONORATO, R. F. S. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. *Roteiro*, [S. l.], v. 45, 2020. p. 1–32. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21782>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VIDAL, T.; SIRINO, M. B. A (im)possibilidade da educação integral. *Revista Espaço do Currículo*, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020. p. 603-612. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/52844>. Acesso em: 10 jun. 2022.